



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **construção de prédio novo**, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, localizado na Rua Rodrigues Alves, nº 1353, esquina com a Avenida Carlos Gomes, Centro, Município de Itápolis/SP.

Os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como **obra de engenharia**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As empresas interessadas poderão realizar **VISITA TÉCNICA** no local da obra.

Caso a empresa opte pela realização de visita técnica, esta deverá ser agendada diretamente junto à Secretaria Municipal de Obras, até o dia anterior à data da sessão pública do certame, devendo o licitante entrar em contato pelo telefone (16) 3263-8000.

### 2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

A Prefeitura Municipal de Itápolis, enquanto ente público responsável pela infraestrutura urbana e pela garantia do acesso da população aos serviços de saúde, visando à melhoria da qualidade de vida da população, solicita a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **construção de prédio novo**, destinado ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU.

Os serviços compreenderão, de forma geral:



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

## **Execução da Obra**

- Implantação do canteiro de obras e serviços preliminares necessários ao início da construção;
- Execução das fundações, estrutura, alvenaria, cobertura;
- Execução de esquadrias, revestimentos, pisos, pinturas e demais acabamentos;
- Execução das instalações elétricas, hidráulicas, sanitárias, pluviais, gases medicinais, climatização, rede de dados e demais sistemas necessários ao pleno funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU;
- Adequação da edificação às normas técnicas vigentes, incluindo acessibilidade (ABNT NBR 9050), segurança contra incêndio e pânico, normas da Vigilância Sanitária e demais normas da ANVISA aplicáveis a estabelecimentos de saúde;
- Implantação de ambientes específicos e adequados às atividades do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, conforme projetos executivos.

## **3. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**3.1.** É vedada a subcontratação total do objeto.

**3.2.** Será admitida a subcontratação parcial de serviços específicos, desde que previamente justificada tecnicamente pela Contratada e autorizada expressamente pela Contratante, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**3.3.** A subcontratação não exime a Contratada de sua responsabilidade integral pela execução do objeto, permanecendo esta responsável técnica, civil, administrativa e contratualmente pelos serviços subcontratados.

**3.4.** A Contratada deverá apresentar, previamente à execução, a identificação da(s) empresa(s) subcontratada(s), bem como a comprovação de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica.

**3.5.** Não será permitida a subcontratação de parcelas consideradas relevantes ou de maior complexidade técnica do objeto, definidas no Projeto Básico, Termo de



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

Referência ou Edital.

#### **4. FUNDAMENTO LEGAL**

- 4.1. O procedimento licitatório obedecerá integralmente às disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, bem como as demais condições e exigências estabelecidas no Edital.
- 4.2. O serviço objeto desta contratação caracteriza-se como SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA pois há um domínio uniforme do mercado relevante acerca da execução e não terá inovação significativa do espaço físico, tratando-se de especificações usuais de mercado e com os padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos neste termo de referência.
- 4.3. Ainda que demande o acompanhamento de um responsável técnico detentor de qualificação profissional específica de Engenharia, considera-se serviço comum de engenharia também pelo fato de o mercado relevante possuir pleno domínio das técnicas de sua realização, permitindo uma proposição objetiva e padronizada da execução do objeto.
- 4.4. O regime de execução da contratação é EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

#### **5. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação justifica-se pela necessidade de **implantação de nova infraestrutura** destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, garantindo condições adequadas de funcionamento, segurança, eficiência operacional e qualidade no atendimento às urgências e emergências no Município de Itápolis.

A estrutura atualmente disponível não atende de forma satisfatória às exigências técnicas, operacionais e normativas aplicáveis a estabelecimentos de saúde, especialmente no que se refere à organização dos fluxos operacionais, acessibilidade, segurança, dimensionamento dos ambientes e atendimento às normas da Vigilância Sanitária e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Diante disso, optou-se pela **construção de edificação nova**, projetada especificamente para o funcionamento do SAMU, de modo a atender plenamente



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

às necessidades do serviço.

A nova unidade será executada em conformidade com as normas técnicas vigentes, incluindo acessibilidade (ABNT NBR 9050), segurança contra incêndio e pânico, normas sanitárias e demais regulamentações aplicáveis, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes, maior eficiência operacional e melhoria na qualidade do atendimento prestado à população.

A contratação atende ao interesse público e aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, assegurando a adequada prestação de um serviço essencial à saúde da população.

Ressalta-se que, embora o Município possua equipe própria vinculada à Secretaria de Serviços Públicos, esta encontra-se destinada à execução de **pequenos reparos e manutenções rotineiras** dos prédios públicos. A construção de um prédio novo destinado ao SAMU demanda serviços técnicos especializados de engenharia, planejamento, execução estrutural, instalações prediais específicas, além da utilização de maquinários, equipamentos e mão de obra qualificada, o que justifica a necessidade de contratação de empresa especializada para a execução do objeto.

## **6. NECESSIDADE DO NEGÓCIO**

A presente contratação é necessária para a execução de obras de engenharia, compreendendo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e serviços, conforme planilha orçamentária, projetos executivos e memorial descritivo que integram este Termo de Referência.

A contratada deverá prestar integralmente os serviços objeto da licitação, observando rigorosamente as condições, prazos, especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no edital e em sua proposta.

Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente habilitados, com qualificação técnica compatível e conhecimentos específicos das atividades a serem desenvolvidas, em conformidade com as normas técnicas, legais e regulamentares vigentes.



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A presente contratação tem por objetivo a demolição da edificação existente e a construção de um novo prédio destinado ao funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, de modo a atender às necessidades operacionais, administrativas e assistenciais do serviço, em conformidade com as normas técnicas, legais, urbanísticas e sanitárias vigentes.

A solução proposta contempla a execução integral dos serviços de engenharia, incluindo a demolição controlada da estrutura existente, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, seguida da construção de nova edificação. Estão compreendidos, entre outros, os serviços de fundações, estrutura, vedações, cobertura, instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias, sistemas de prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, acabamentos e demais serviços complementares necessários à plena execução do objeto.

O novo prédio deverá ser executado de forma a garantir funcionalidade, segurança, eficiência operacional e conforto, atendendo às exigências específicas do SAMU, incluindo áreas administrativas, salas operacionais, ambientes de apoio e repouso das equipes, almoxarifado, garagem para ambulâncias e demais espaços indispensáveis ao adequado funcionamento do serviço.

A contratação abrange ainda o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos e ferramentas, bem como a gestão da obra, cumprimento do cronograma físico-financeiro e atendimento às normas da ABNT, à legislação ambiental, trabalhista e às normas de segurança e saúde no trabalho, assegurando a entrega da obra em plenas condições de uso.

Com a implementação desta solução, busca-se modernizar e adequar a infraestrutura física do SAMU, proporcionando melhores condições de trabalho às equipes e contribuindo para a melhoria da qualidade do atendimento prestado à população.

## **8. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO PARA INÍCIO DO SERVIÇO**

O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, e será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente na hipótese



de não conclusão do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis decorrentes do atraso.

O início do serviço deve ser efetuado no prazo máximo de 15 dias úteis a partir da emissão da ordem de serviço.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com o termo de referência, memorial descritivo, projetos e cronograma.

## **9. DO CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS/MATERIAIS**

O aceite dos serviços e materiais objeto desta contratação ocorrerá mediante **medições por etapas**, conforme o **Cronograma Físico- Financeiro**, devidamente **atestadas pelo corpo técnico de engenharia da Prefeitura Municipal de Itápolis**, após verificação da conformidade da execução com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária e normas técnicas aplicáveis.

Constatada qualquer irregularidade na execução contratual, será aplicada **retenção ou glosa no pagamento**, de forma proporcional à gravidade da não conformidade verificada, **sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis**, especialmente quando a Contratada:

- 9.1. Não atingir os resultados e metas pactuados no contrato;
- 9.2. Deixar de executar os serviços ou executá-los em desacordo com os padrões mínimos de qualidade técnica exigidos;
- 9.3. Empregar materiais, equipamentos ou recursos humanos em desconformidade com as especificações contratuais, ou em quantidade ou qualidade inferior à demandada.

Para fins de aferição da execução contratual e liberação de pagamentos, serão observados os seguintes critérios:

- 9.4. Ao final de cada etapa da execução, conforme estabelecido no Cronograma Físico-Financeiro, a Contratada deverá apresentar **medição dos serviços efetivamente executados**, por meio de planilha detalhada, acompanhada dos registros técnicos necessários à conferência;
- 9.5. Uma etapa somente será considerada **efetivamente concluída** quando todos os serviços nela previstos estiverem integralmente executados, em conformidade com as especificações técnicas e aprovados pela  
fiscalização;



9.6. O fiscal técnico do contrato realizará o **recebimento provisório** dos serviços executados, mediante **termo circunstanciado**, que comprove o atendimento às exigências de caráter técnico, nos termos do art. 22, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

## **10. DO CONSÓRCIO**

Trata-se de justificativa referente à vedação da participação de empresas em consórcio no presente certame.

Cumprе ressaltar que a admissão ou veto à formação de consórcios em certames licitatório se torna discricionária ao ente administrativo para dispor sobre a questão em seus instrumentos convocatórios, conforme o art. 15 da lei n. 14.133/2021, onde há possibilidade de não permitir consórcios, mediante justificativa.

Verifica-se que não se trata de uma regra absoluta, a participação de empresas em consórcios, visto que no referido artigo permite-se a vedação de consórcio mediante justificativa, entende-se que a participação de consórcio deve voltar-se para contratações nas quais a presença de empresas, individualmente, poderia comprometer o próprio êxito do processo licitatório e, consequentemente, da contratação visada. Todavia, este não é o caso do objeto que se busca licitar, haja vista que os serviços licitados podem ser considerados comuns de mercado, sem qualquer complexidade técnica que remonte a necessidade de conjunção de esforços para que o interesse público possa ser satisfeito.

É importante frisar que no presente caso, a vedação à participação de empresas em consórcio não tem o objetivo de restringir a competitividade, mas, ao contrário, aumentá-la, ao passo que haverá um maior número de empresas participando individualmente, o que ocasiona um acaloramento competitivo entre

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Fornecer todos os **materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e recursos necessários à execução integral da obra**, conforme projetos, planilha orçamentária, memorial descritivo e demais documentos técnicos que integram o presente Termo de Referência;





- 11.2. Disponibilizar **mão de obra qualificada e especializada**, em quantidade suficiente e com capacidade técnica comprovada, apta a executar os serviços contratados com qualidade, segurança e eficiência;
- 11.3. Executar os serviços objeto da presente licitação **em estrita conformidade** com os projetos executivos, planilha orçamentária, memorial descritivo, Termo de Referência, normas técnicas vigentes e proposta apresentada;
- 11.4. Utilizar empregados devidamente **habilitados, capacitados e treinados**, observando integralmente as normas técnicas, regulamentadoras, de segurança do trabalho e demais disposições legais aplicáveis;
- 11.5. Responsabilizar-se integralmente por todas as **obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias, comerciais, securitárias e demais encargos legais** decorrentes da execução do contrato, não se estabelecendo qualquer vínculo ou responsabilidade solidária ou subsidiária com o Contratante;
- 11.6. Responder por **danos causados diretamente à Administração, a seus bens ou a terceiros**, decorrentes de ação ou omissão, culpa ou dolo, durante a execução do contrato, promovendo a imediata reparação;
- 11.7. Comunicar **imediatamente** ao Contratante a ocorrência de qualquer fato relevante, extraordinário ou anormal que possa comprometer o cumprimento do contrato, indicando as providências adotadas ou necessárias;
- 11.8. Manter, durante toda a vigência contratual, **todas as condições de habilitação e qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômico- financeira exigidas na licitação**, comunicando formalmente ao Contratante a ocorrência de qualquer fato impeditivo superveniente.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 12.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução dos serviços contratados, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, **atestando a conformidade técnica e contratual** da obra;





**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

12.2. Disponibilizar à Contratada os **projetos executivos, estudos técnicos, licenças, autorizações e demais documentos existentes**, necessários à adequada execução do objeto, quando de sua responsabilidade;

12.3. Garantir que o **local da obra esteja livre e com acesso desimpedido**, em condições adequadas para o início e desenvolvimento dos serviços, cabendo à Prefeitura Municipal de Itápolis a limpeza da área e a liberação do acesso, não integrando tais atividades o escopo da contratação;

12.4. Efetuar os pagamentos devidos à Contratada **conforme medições aprovadas**, prazos e condições estabelecidos no contrato, desde que cumpridas todas as exigências técnicas, legais e contratuais;

12.5. Prestar os esclarecimentos e adotar, em tempo hábil, as providências administrativas que se fizerem necessárias para a boa execução do contrato.

### **13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1. Prova de registro da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao **CREA ou CAU**, em plena validade, conforme a área de atuação compatível com o objeto da licitação;

13.2. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, ou a ele vinculado, **profissional(is) legalmente habilitado(s)**, sendo **Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista**, devidamente registrado(s) no órgão competente (CREA ou CAU), que será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução da obra;

13.3. A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a empresa poderá ocorrer por meio de **contrato social, registro em carteira de trabalho, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços**, inclusive na condição de profissional autônomo, desde que o vínculo esteja formalmente constituído **até a data da apresentação das propostas**, nos termos da legislação vigente;



13.4. **Atestado de Vistoria Técnica** emitido pela Administração ou, alternativamente, **Declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante**, atestando o pleno conhecimento das condições, características e peculiaridades do local e do objeto da contratação;

13.5. **Capacidade técnico-profissional**, nos termos da Súmula nº 23 do TCE/SP: comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) é(são) detentor(es) de **Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT**, devidamente registrada(s) no CREA ou CAU, que comprove(m) experiência anterior em **execução de obras de edificação** com características compatíveis às do objeto desta licitação;

13.6. As Certidões de Acervo Técnico deverão referir-se a **obras de construção de edificações**, compatíveis em tipologia, complexidade e natureza com o objeto contratado;

13.7. **Capacidade técnico-operacional**: apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, em nome da empresa licitante, que comprove(m) a execução de obra(s) semelhante(s) ou compatível(is), em características e quantidades, correspondente(s) a, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** do objeto licitado;

13.8. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a execução mínima comprovada de **edificação em alvenaria**, com área construída igual ou superior a **143,245 m²**;

13.9. A comprovação da capacidade técnica prevista nos itens anteriores poderá ser realizada por meio do **somatório de atestados ou certidões**, desde que demonstrem, de forma objetiva, o atendimento às exigências mínimas estabelecidas.

## **14. DO PRAZO PARA CONCLUSÃO**

O prazo para a conclusão do objeto é de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

da **data da emissão da Ordem de Serviço**, conforme cronograma físico-financeiro aprovado pela Administração.

Parágrafo único. O prazo poderá ser **prorrogado mediante termo aditivo**, desde que devidamente justificado e aceito pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não afastada a aplicação das sanções cabíveis em caso de atraso imputável à Contratada

## **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas pactuadas, o presente Termo de Referência, o Edital, a proposta vencedora e as disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

15.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de **gestor e fiscal(is) do contrato formalmente designado(s)**, a quem competirá o acompanhamento técnico, administrativo e financeiro da execução do objeto;

15.3. Na hipótese de impedimento, paralisação ou suspensão da execução do contrato, devidamente comprovados e **não imputáveis à Contratada**, o cronograma de execução **podrá ser ajustado**, mediante formalização por **termo aditivo**, pelo período correspondente ao evento ocorrido;

15.4. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas **preferencialmente por escrito**, sempre que o ato exigir formalidade, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais para esse fim;

15.5. A Administração poderá convocar representante legal da Contratada para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, bem como para esclarecimentos relacionados à execução contratual;

15.6. Após a assinatura do contrato, a Administração **podrá realizar reunião inicial** com a Contratada, com a finalidade de apresentar o plano de fiscalização, contendo



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

informações sobre as obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, cronograma, metodologia de aferição dos resultados e sanções aplicáveis, quando cabível.

## 16. FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **fiscal(is) do contrato formalmente designado(s)**, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**.

Compete ao fiscal do contrato:

- I. Controlar o prazo de execução do objeto, bem como o cumprimento das etapas previstas e dos demais prazos contratuais;
- II. Acompanhar a execução contratual quanto aos aspectos **qualitativos e quantitativos**, verificando a conformidade dos serviços executados com o contrato e seus anexos;
- III. Registrar, em livro próprio ou sistema oficial, todas as ocorrências relevantes verificadas durante a execução do contrato;
- IV. Determinar a **reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição**, às expensas da Contratada, no todo ou em parte, dos serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução;
- V. Receber e conferir a documentação necessária à instrução dos pagamentos, encaminhando-a ao setor competente;
- VI. Proceder ao **recebimento provisório e definitivo** do objeto, nos prazos e condições definidos no Termo de Referência ou instrumento equivalente, mediante verificação da conformidade técnica e formal, com emissão de termo circunstanciado;
- VII. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações técnicas, projetos, Termo de Referência ou contrato;
- VIII. Exigir e assegurar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais e dos prazos estabelecidos, inclusive quanto a eventuais termos aditivos;



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

IX. Atestar as notas fiscais ou documentos equivalentes e encaminhá-los à autoridade competente da pasta requisitante;

X. Comunicar ao gestor do contrato e à autoridade superior, em tempo hábil, qualquer ocorrência que extrapole sua competência ou que possa ensejar risco, atraso ou prejuízo ao interesse público;

XI. Realizar ou aprovar as **medições dos serviços efetivamente executados**, em consonância com o previsto no contrato e no cronograma físico-financeiro;

XII. Propor medidas corretivas ou de melhoria contínua visando à adequada execução do contrato;

XIII. Sugerir, quando identificado tecnicamente, a necessidade de **acréscimos ou supressões contratuais**, submetendo a análise à autoridade competente;

XIV. Elaborar e manter atualizado **relatório periódico de acompanhamento da execução contratual**, contendo análise técnica e qualitativa dos serviços realizados;

XV. Propor à autoridade competente a **instauração de procedimento administrativo** para apuração de responsabilidade, quando constatadas irregularidades.

## 17. GESTOR DO CONTRATO

O gestor do contrato, formalmente designado pela Administração, deverá:

I. Acompanhar de forma **regular, sistemática e documental** a execução do instrumento contratual, assegurando o cumprimento das cláusulas pactuadas;

II. Controlar o **prazo de vigência do contrato**, adotando as providências necessárias para sua adequada gestão;

III. Recomendar, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando cabível, a **prorrogação do contrato**, a formalização de aditivos



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

ou a deflagração de novo procedimento licitatório, observada a legislação aplicável;

IV. Promover a comunicação formal com a Contratada para manifestação quanto à **eventual prorrogação ou alteração contratual**, quando admitida e conveniente à Administração;

V. Notificar formalmente a Contratada acerca de **pendências, irregularidades ou descumprimentos contratuais**, com base nos apontamentos realizados pelo fiscal do contrato;

VI. Adotar e instruir as **medidas preparatórias para aplicação de sanções administrativas ou rescisão contratual**, quando cabíveis, submetendo-as à decisão da autoridade competente, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente;

VII. Acompanhar e manter atualizados os **registros do contrato nos sistemas oficiais de controle**, bem como verificar, em conjunto com o setor competente, a regularidade dos empenhos e demais atos orçamentários necessários;

VIII. Comunicar formalmente à unidade requisitante e às áreas administrativas competentes o **encerramento do contrato**, adotando as providências administrativas finais pertinentes.

## **18. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DOS ÍNDICES**

A qualificação econômico financeira equivale à disponibilidade de recursos financeiros para a efetiva execução do objeto da licitação, tendo em vista os bens e direitos de sua titularidade, obrigações contraídas e as receitas futuras. A exigência faz se necessário a uma vez que através dos índices podemos avaliar a saúde financeira da empresa, prever riscos, garantir a qualidade e a eficiência do serviço ou produtos a ser contratado, além de estar prevista na Lei 14.133/2021, Art. 69.

A exigência de índice de endividamento em licitações visa avaliar a capacidade financeira do licitante, garantindo que este não se encontre em situação de insolvência ou com dívidas excessivas que possam **comprometer a execução do contrato. O índice de endividamento demonstra a proporção do ativo total comprometido com o pagamento de dívidas, indicando a capacidade da empresa honrar suas obrigações.**

**Dispõe a Lei 14.133/2021 Art. 69:**

*Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do*





*licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*

*I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;*

*II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.*

*§ 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital.*

*§ 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade.*

*§ 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.*

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação*

*§ 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.*

*§ 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

A Lei prevê a exigência de coeficientes e índices econômicos, os índices solicitados no respectivo edital são: índice de liquidez geral, índice solvência geral e índice de liquidez corrente, sendo os mesmos uns dos principais indicadores para análise do balanço e usualmente adotados para avaliação da situação econômico-financeira.

- O **Índice de Liquidez Geral (ILG)** é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de honrar suas obrigações a longo prazo.

- O **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** é um indicador financeiro que avalia a capacidade de uma empresa de pagar suas dívidas de curto prazo com seus ativos de curto prazo

- Os **índices de solvência Geral (ISG)**: Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O edital exige índice de liquidez Geral  $\geq 1,0$  (um), índice de solvência  $\geq 1,0$ (um) e Índice de Liquidez Corrente igual ou superior  $\geq 1,0$  (um).

Solvência Geral: Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativos (totais) para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

O índice de liquidez Corrente é tudo que pode ser convertido em dinheiro rapidamente para saldar suas dívidas a curto prazo.

Já índice de liquidez Geral abrange tanto as obrigações de curto prazo quanto as obrigações de longo prazo, ou seja, considera tanto os ativos e passivos de curto prazo quanto de longo prazo.

Sendo ferramentas importantíssimas para medição da boa saúde financeira de uma empresa, cabe frisar que os limites solicitados são razoáveis e de acordo com a Lei 14.133/2021 fica





a critério da Administração Pública estabelecer os limites para que contratação seja feita com a devida segurança e de acordo com a complexidade do objeto a ser licitado. Assim, não resta dúvida que não há nenhuma arbitrariedade na exigência dos índices escolhidos e seus limites.

## **19. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

19.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois (02) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

19.2. As sociedades anônimas deverão apresentar a cópia autenticada da publicação do balanço em diário oficial ou jornal de grande circulação, onde a empresa licitante está estabelecida.

19.3. Se a licitante tiver sido constituída há menos de 01 (um) ano, a documentação referida nos subitens “15.1” e “15.2” deverá ser substituída pela demonstração contábil relativa ao período de funcionamento.

19.4. A verificação da boa situação financeira do licitante será feita mediante a apuração dos indicadores contábeis do último exercício social:

“Índice de Liquidez Geral”, aplicando a seguinte fórmula:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} \quad \text{Resultando} \quad ILG \geq 1,0$$

onde: ILG - Índice de Liquidez Geral;

AC - Ativo Circulante;

RLP - Realizável a Longo Prazo;

PC - Passivo Circulante;

ELP - Exigível a Longo Prazo.

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Geral” for inferior a 1,0 (um).



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

- “Índice de Solvência Geral”, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$\text{ISG} = \frac{\text{AT}}{\text{PC} + \text{PNC}} \quad \text{Resultando ISG} \geq 1,0$$

onde:

ISG = Índice de Solvência Geral

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

Será considerada **inabilitada**, a empresa cujo “Índice de Solvência Geral” for inferior a **1,0 (um)**.

- “Índice de Liquidez Corrente”, aplicando-se a seguinte Fórmula:

$$\text{ILC} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \quad \text{Resultando ILC} \geq 1,0$$

onde: ILC = Índice de Liquidez Corrente;

AC = Ativo Circulante;

PC = Passivo Circulante;

OBS.: Será considerada inabilitada a empresa cujo “Índice de Liquidez Corrente” for inferior a 1,0 (um).

19.5. A fórmula deverá estar preferencialmente, aplicada em memorial de cálculo juntado ao balanço.

19.6. Comprovação de capital social de 10% do valor total estimado da contratação.

19.7. Certidão Negativa de feitos sobre Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.



## 20. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

20.1. O adjudicatário deverá prestar **garantia de execução do contrato**, nos termos do **art. 96 da Lei nº 14.133/2021**, com validade durante toda a execução contratual e por **90 (noventa) dias após o término da vigência**, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial do contrato.

20.2. A garantia poderá ser prestada em uma das seguintes modalidades, a critério da Contratada, conforme previsto em lei:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) fiança bancária;
- c) seguro-garantia;
- d) título de capitalização, quando admitido pela legislação vigente.

20.3. Na hipótese de opção pelo **seguro-garantia**, a apólice deverá ser apresentada **até a data da assinatura do contrato**, contendo cláusula de vigência compatível com o prazo exigido neste Termo de Referência.

20.4. Nos casos de **caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou título de capitalização**, a Contratada deverá apresentar o comprovante da prestação da garantia no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da assinatura do contrato.

20.5. A não apresentação da garantia no prazo estabelecido sujeitará a Contratada à aplicação de **multa diária de 0,07% (sete centésimos por cento)** sobre o valor total do contrato, limitada ao teto de **2% (dois por cento)**.

20.6. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a **rescisão contratual**, por descumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, nos termos do **art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**.

20.7. A garantia prestada assegurará, independentemente da modalidade adotada, o pagamento de:

- l. prejuízos decorrentes do **não cumprimento do objeto** ou do inadimplemento das obrigações contratuais;



- II. danos diretos causados à Administração, decorrentes de **culpa ou dolo** da Contratada durante a execução do contrato;
- III. **multas moratórias e punitivas** aplicadas pela Administração;
- IV. obrigações **trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS**, quando cabível, nos termos da legislação aplicável.

20.8. A modalidade **seguro-garantia** somente será aceita se contemplar expressamente todos os eventos indicados no item anterior, observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes.

20.9. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em **conta específica indicada pela Contratante**.

20.10. Os títulos da dívida pública, quando utilizados, deverão ser emitidos sob forma **escritural**, registrados em sistema centralizado de liquidação e custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus **valores econômicos**, conforme normatização vigente.

20.11. Na hipótese de garantia na modalidade **fiança bancária**, deverá constar expressa **renúncia do fiador ao benefício de ordem** previsto no art. 827 do Código Civil.

20.12. Havendo **alteração do valor contratual ou prorrogação de sua vigência**, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, mantendo-se os mesmos parâmetros adotados na contratação original.

20.13. Caso a garantia seja utilizada, total ou parcialmente, para a satisfação de obrigações contratuais, a Contratada deverá promover sua **recomposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação da Administração.

20.14. A Contratante poderá **executar a garantia** na forma prevista na legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

20.15. A garantia será considerada extinta:

- I. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para levantamento dos valores caucionados, acompanhada de **termo circunstanciado** que ateste o



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

cumprimento integral das obrigações contratuais; ou  
II. após o prazo de **90 (noventa) dias do término da vigência do contrato**, desde que não haja comunicação formal da ocorrência de sinistro.

20.16. O garantidor **não integra eventual processo administrativo** instaurado para apuração de responsabilidade ou aplicação de sanções à Contratada.

20.17. A Administração poderá **descontar da garantia** valores que lhe sejam devidos pela Contratada em razão de inadimplemento contratual, após regular processo administrativo, devendo a Contratada recompor o valor no prazo de **5 (cinco) dias úteis**.

20.18. Os valores prestados em dinheiro a título de garantia serão devolvidos à Contratada no prazo de **até 20 (vinte) dias úteis**, após solicitação formal, desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais e realizado o **recebimento definitivo da obra**.

## **21. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

21.1. Apresentação da **ART ou RRT de execução da obra**, devidamente registrada pela contratada.

21.2. Indicação do responsável técnico pela obra, contendo nome completo, formação profissional, número de registro no CREA ou CAU, endereço e telefone comercial.

21.3. Indicação do profissional legalmente habilitado responsável pela segurança do trabalho, conforme legislação vigente.

## **22. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

22.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 745.999,62 (setecentos e quarenta e cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e dois centavos)**, conforme planilha orçamentária sintética que integra o presente instrumento.

## **23. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

23.1. Considerando tratar-se de **obra de engenharia**, cuja contratação envolve a execução de serviços técnicos especializados, o fornecedor deverá ser selecionado por



**PREFEITURA DE  
ITÁPOLIS**  
*Capital Nacional do Sorvete*

Avenida Florêncio Terra, nº 399 | Centro  
Caixa Postal 140 | CEP 14900-219 | Itápolis | SP  
Contato (16) 3263.8000

meio de **procedimento licitatório**, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.2. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço**, observadas as condições, exigências técnicas e especificações constantes neste Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais documentos que integram o processo licitatório.

## **24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

### **OBRAS E INSTALAÇÕES**

Secretaria de Saúde

Órgão: 02.10.02 (Fundo Municipal de Saúde)

Classificação Funcional: 10.302.002.1.900

Itápolis, 02 de Fevereiro de 2026

Mônica Regina Porta de Sousa

*Escriturária*

Rafaela Amanda Revoredo

*Secretaria Municipal de Saúde*

Fábio Palanque

*Assessor Adjunto de Obras*